

Artigo Original

Meio ambiente em retratos: novas percepções e debates sobre terapia ocupacional e questão ambiental

Environment in portraits: new perceptions and debates on occupational therapy and environmental issues

Larissa Helena Horniche^a , Pamela Cristina Bianchi^a 

^aUniversidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Santos, SP, Brasil.

Como citar: Horniche, L. H., & Bianchi, P. C. (2025). Meio ambiente em retratos: novas percepções e debates sobre terapia ocupacional e questão ambiental. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3939. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO403539391>

Resumo

A crise socioambiental e climática vivida nos últimos anos têm trazido a questão ambiental à pauta dos diálogos cotidianos. Na terapia ocupacional, sabe-se que é escassa a produção de estudos acerca da temática, entretanto, como campo que se dedica ao trabalho com cotidianos, é emergente que se trate da dimensão socioambiental em suas práticas [d]e pesquisa. O presente estudo objetivou compreender como o meio ambiente é percebido pelo sujeito dentro do seu próprio território e como a questão ambiental atravessa as atividades que realiza em seu cotidiano. Para tanto, realizou-se pesquisa exploratória e qualitativa, inspirada no método *photovoice* e dividida em três fases. O estudo contou com a colaboração de três participantes, que têm entre 17 e 46 anos. Os resultados foram organizados em duas categorias: *Meio ambiente e o uso do território* e *Meio ambiente, poder público e vulnerabilidade social*. A percepção dos participantes a respeito do meio ambiente está diretamente relacionada às problemáticas ambientais do território, como descarte irregular de resíduos e poluição. Os retratos e relatos deflagram situações de injustiça e racismo ambiental e apontam para a ausência de políticas públicas relativas à questão ambiental em territórios vulnerabilizados. Aposta-se nos referenciais da Terapia Ocupacional Social como campo estratégico para proposição de reflexões e elaboração de tecnologias sociais ao trabalho com o meio ambiente, uma vez que a terapeuta ocupacional pode atuar como mediadora de conflitos e facilitar processos comunitários de conscientização ambiental, promovendo espaços de diálogo, trocas de saberes e educação ambiental.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Território Sociocultural, Terapia Ocupacional Social, Vulnerabilidade Social, Justiça Ambiental.

Recebido em Set. 3, 2024; 1ª Revisão em Fev. 3, 2025; Aceito em Mar. 28, 2025.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

The socio-environmental and climate crisis experienced in recent years has brought the environmental issue to the forefront of everyday dialogues. In occupational therapy, it is known that there is a scarcity of studies on the subject; however, as a field dedicated to working with daily life, it is urgent to address the socio-environmental dimension in its research practices. This study aimed to understand how the environment is perceived by individuals within their own territory and how the environmental issue intersects with the activities they carry out in their daily lives. To this end, an exploratory and qualitative study was conducted, inspired by the photovoice method and divided into three phases. The study involved the collaboration of three participants, aged between 17 and 46 years. The results were organized into two categories: Environment and the use of territory, and Environment, public authority, and social vulnerability. The participants' perception of the environment is directly related to the environmental problems of the territory, such as irregular waste disposal and pollution. The photographs and narratives reveal situations of injustice and environmental racism and point to the absence of public policies related to environmental issues in vulnerable territories. The field of Social Occupational Therapy is seen as a strategic area for proposing reflections and developing social technologies for working with the environment, since the occupational therapist can act as a mediator of conflicts and facilitate community processes of environmental awareness, promoting spaces for dialogue, knowledge exchange, and environmental education.

Keywords: Environment, Sociocultural Territory, Social Occupational Therapy, Social Vulnerability, Environmental Justice.

Introdução

A crise socioambiental e climática vivida nos últimos anos, evidente nos eventos extremos recentes, como as ondas de calor no Sudeste ou mesmo as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, têm trazido a questão ambiental à pauta dos diálogos cotidianos. O meio ambiente - ou a natureza - compõe os cenários urbanos e colore as circulações cotidianas pelas cidades, no entanto, normalmente são situações de crise que voltam a atenção àquilo que a automatização e/ou a precarização da vida nos impede de apreciar, perceber ou nos preocupar. Partindo dessa reflexão, o presente estudo visou responder à seguinte questão: como o meio ambiente é percebido pelo sujeito em seu próprio território?

De início, consideramos necessária a apresentação e diferenciação dos termos “natureza” e “meio ambiente” para melhor clareza da proposta. “Natureza” é um termo muito antigo - Aristóteles, na Grécia antiga, concebia natureza como algo que meramente acontece e se faz presente, aquilo que nos envolve e está por perto desde o início. À época, natureza era tudo aquilo que originava o mundo natural e, nesse sentido, os sujeitos humanos eram apenas seus observadores (Medeiros, 2002). Na Idade Média, inicia-se uma nova percepção sobre a relação humano-natureza: a dominação. Sob influência da teologia cristã, a natureza passou a ser concebida como algo orgânico e imutável – resultado de obra divina – que deve ser dominado, protegido e regido pelos humanos (Castelnou, 2006).

A *desnaturalização* do sujeito humano, isso é, a percepção de que os humanos eram algo fora e alheio à natureza, aconteceu no século XVI, com o desenvolvimento da Ciência Moderna. O pensamento cartesiano propunha que a natureza não se comportava como um organismo vivo, mas sim como uma máquina com matéria e movimento, que deveria ser estudada, quantificada e fragmentada pelos humanos como foco da razão e do estudo. Com o pensamento cartesiano, a natureza passou a ser vista como recurso, e a oposição entre sujeito e natureza se tornou ainda mais evidente (Santos & Imbernon, 2015).

O termo “meio ambiente”, por sua vez, surge e se populariza no século XX, com as discussões a respeito dos problemas ambientais que surgiram com e a partir da Revolução Industrial. Esse é um termo relativamente recente, com uma raiz etimológica ligada ao reconhecimento e identificação das problemáticas ambientais. Não é surpresa, portanto, a correlação do termo com o cenário urbano e eventos relativos aos impactos da ação humana na natureza (Santos & Imbernon, 2015).

Em suma, o uso do termo “natureza” é enfatizado no sentido da preservação e conservação da biodiversidade; enquanto o termo “meio ambiente”, em geral, é usado para identificar cenários antropizados, isto é, áreas cujas características originais foram alteradas e que expressam a ação do ser humano na natureza (Santos & Imbernon, 2015).

Na contemporaneidade, a ação humana, marcada pelo modo capitalista de produção e sua lógica centrada na acumulação de capital, no extrativismo predatório e no estímulo ao consumo, tem provocado situações de emergência climática cujos efeitos se fazem sentir sobre a própria sociedade. No entanto, é importante ressaltar que impactos na vida cotidiana não podem ser mensurados de forma generalista e igualitária. O extrativismo, por exemplo, concentra-se historicamente em regiões vulnerabilizadas e ricas em elementos naturais, como a América Latina e o continente africano, refletindo a lógica colonial que hierarquiza e subjuga regiões e populações no cenário global (Ferdinand, 2022; Louback & Lima, 2023). Desta maneira, as mudanças climáticas são vivenciadas de maneiras distintas a depender da localidade, raça, classe ou gênero dos sujeitos, e os problemas, por consequência, são distribuídos de forma desigual entre regiões, países, populações e grupos étnicos, evidenciando situações de vulnerabilidade e injustiça socioambiental (Porto & Pivetta, 2009; Ferdinand, 2022).

A crise ambiental e climática, portanto, tem expressões diretas nos modos de vida e na relação estabelecida entre sujeitos e meio ambiente em seus espaços de vida, tornando-se imprescindível a construção de mecanismos reguladores dessas relações, tanto à nível global, quanto à nível local (Louback & Lima, 2023).

Nesse sentido, cabe destacar o papel fundamental do poder público e dos governos na formulação de políticas que mitiguem os impactos da crise ambiental, uma vez que os efeitos reais dessa crise impõem à população a necessidade de criar estratégias para lidar com diversas questões no territórios e na vida cotidiana, como a contaminação de rios e mares, o aumento das temperaturas, as enchentes causadas por chuvas intensas e acúmulo de resíduos sólidos, a contaminação do ar e poluição atmosférica provocada por grandes indústrias, o surgimento de doenças em decorrência da exposição à agentes contaminados, dentre outros (Porto & Pivetta, 2009).

Assim, a questão ambiental deve ser considerada também dentro do contexto social e do território no qual os sujeitos, grupos e comunidades estão inseridos, uma vez que o território, como um fator determinante no processo de construção das desigualdades

socioespaciais (Santos, 2007), constitui-se também como um *locus* estratégico para intervenção e reflexão das questões ambientais no cotidiano da população.

O território se concretiza por meio do acervo de situações históricas, sociais e ambientais. Falar dele é refletir sobre as formas de se constituir modos de vida e modos de apropriação dos recursos materiais, sociais, culturais e relacionais em um determinado lugar (Bianchi & Malfitano, 2020), ou também sobre como é dado o modo de apropriação dos recursos naturais e como se manifesta a relação entre a comunidade, território e o meio ambiente.

Para a terapia ocupacional, profissão atuante em equipamentos territoriais, tecer um plano de ação territorial e comunitária que presume compreender a relação entre o espaço e os que ali vivem e que desenvolvem suas atividades (Bianchi & Malfitano, 2020) é indispensável para que se possa trabalhar com demandas oriundas da questão ambiental de forma integrada e crítica.

Na terapia ocupacional, Simó Algado (2012) cunhou o termo “ecologia ocupacional” para tecer aproximações entre o campo e as discussões ambientais. Para o autor, a ecologia ocupacional constitui-se como a tomada de consciência sobre a crise ecológica, enfrentada no âmbito global, e a elaboração de estratégias de ação, por meio da atividade humana, para restabelecer o equilíbrio com o meio ambiente. A ecologia ocupacional também opera como facilitadora para a constituição de um campo de intervenção que explore as controversas da separação entre os problemas ecológicos, sociais e de saúde.

A temática, no entanto, é pouco abordada nos estudos e projetos da terapia ocupacional brasileira, o que a coloca como tema emergente ao campo no país. Em uma rápida busca dos termos “meio ambiente” e “natureza” nos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, periódico de maior circulação do campo no país, identificamos apenas quatro produções recentes: duas foram elaboradas por colegas do Chile e da Espanha (Valderrama Núñez et al., 2023; Mansilla et al., 2023), países que têm se destacado nesta discussão no cenário mundial; as outras duas, elaboradas por colegas brasileiros, em que abordam relatos de pesquisa sobre uma comunidade quilombola que teve sua história submersa com a construção de uma barragem (Silva, 2016) e sobre a mudança de hábitos no cuidado com o meio ambiente em decorrência da participação em projetos educativos (Silva e Dutra et al., 2018).

Nesse sentido, considerando a relação humano-natureza, os efeitos da crise ambiental nos territórios, principalmente aqueles que são vulnerabilizados, e a emergência no tratamento do tema no campo da terapia ocupacional, este estudo teve como objetivo compreender como o meio ambiente é percebido pelo sujeito dentro do seu território e como a questão ambiental atravessa as atividades que realiza em seu cotidiano, a fim construir reflexões sobre demandas e/ou contribuições da terapia ocupacional à questão ambiental latente nos cenários urbanos.

Método

Este estudo segue os moldes de uma pesquisa exploratória e qualitativa. Como estratégia de produção de dados, utilizamos como inspiração o método *photovoice*. Partindo do pressuposto de que as imagens são instrumentos potentes para causar estranhamento àquilo que é familiar, nesta pesquisa, o principal recurso foi as fotografias. O método é uma estratégia de pesquisa que lança mão de fotografias tiradas pelos(as) colaboradores(as) da pesquisa, a partir de perguntas e/ou temas disparadores, e as utiliza como recurso para incentivar e facilitar o diálogo e reflexão sobre a temática do estudo (Meirinho, 2017).

Dessa forma, utilizamos recursos visuais como a fotografia, além do diálogo com os(as) colaboradores(as), para compreender, a partir de suas óticas, como o meio ambiente é percebido por eles nos territórios em que vivem. A pergunta disparadora para os registros fotográficos foi “como você visualiza o meio ambiente em seu território?”. A pesquisa foi realizada em três fases subsequentes, sendo elas:

Fase 1: Aproximação

A fase inicial da pesquisa constituiu-se na aproximação aos(as) colaboradores(as) e apropriação de estudos teóricos sobre meio ambiente e terapia ocupacional.

A aproximação foi realizada a partir de interlocuções com o projeto de extensão universitária “Dinâmicas do território: diferentes modos de ocupação e pertencimento ao espaço público na região do Largo do Mercado em Santos/SP”. As ações da extensão são realizadas na região central do município de Santos, litoral paulista, e constituem-se em duas frentes: i) construção de espaços de encontro, diálogo e acompanhamento territorial e singular com pessoas em situação de rua e ii) proposição de oficinas de atividades que visam o fortalecimento de vínculos socio-comunitários e o acesso ao brincar como direito de crianças e adolescentes.

Para a indicação de possíveis colaboradores(as), foram realizadas conversas com os extensionistas e coordenadoras da extensão. No diálogo, foram indicados os nomes de seis pessoas com os quais a equipe já tinha proximidade. Além dessas indicações, o coordenador de um equipamento parceiro da extensão sugeriu mais dois nomes de possíveis participantes.

O território estudado se localiza na região central do município de Santos. Em suas dimensões físico-espaciais, o local caracteriza-se por ruas largas e calçadas pequenas, intenso fluxo de carros com uma via expressa que circunda uma de suas laterais, casarões do século XIX, casas e pequenos comércios, poucas praças, um canal à céu aberto para captação de águas pluviais e serviços de saúde, educação e assistência social.

Segundo o Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social (Santos, 2021), a região central do município de Santos consta como uma das regiões com maior parcela de famílias de baixa renda vivendo em condições precárias de moradias. O mesmo levantamento afirma que a maior parte das pessoas em situação de rua que se estabelecem no município elegem a região central como área de moradia e trocas comerciais. Dessa maneira, embora se localize na região central, o território é considerado socio-historicamente marginalizada, principalmente em suas formas de ocupação: moradias compartilhadas por sujeitos e famílias aos moldes de cortiços em casarões antigos e deteriorados pelo tempo, além de ocupações provisórias para diferentes fins, como abrigo de pessoas em situação de rua ou venda e uso de drogas, por exemplo (Diniz & Souza, 2022).

Fase 2: Contato com o meio ambiente

A segunda fase da pesquisa consistiu no contato inicial com as pessoas selecionadas. A escolha dos(as) colaboradores(as) foi feita por meio dos seguintes critérios: ser morador/moradora ou circular cotidianamente pelo território acompanhado; dispor de um dispositivo eletrônico para captação fotográfica, como *tablet*, celulares ou câmeras digitais; possuir acesso à internet para interlocução com as pesquisadoras em caso de contato remoto; ser indicado/a pela equipe do projeto de extensão e/ou parceiros; e

aceitar participar do estudo mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Dos oito nomes indicados, foram contatados três possíveis colaboradores(as) a partir da disponibilidade e adequação aos critérios. Esses três outros aceitaram participar do estudo após a apresentação da proposta.

Importante ressaltar que um dos colaboradores tinha somente 17 anos de idade no momento da coleta de dados. Sua participação foi autorizada por um adulto responsável por ele. A escolha pela sua participação ocorreu no intuito de alcançar a perspectiva da juventude sobre a temática do estudo, possibilitando uma análise também intergeracional.

A produção de dados ocorreu de forma individual e seguiu o mesmo procedimento de contato e acompanhamento: primeiro encontro reservado ao convite para participação no estudo; segundo encontro, para assinatura do TCLE e apresentação da pergunta disparadora; e terceiro encontro, para discussão dos registros. No segundo encontro, cada colaborador(a) foi provocado a pensar e registrar em imagens respostas para a seguinte pergunta: “como você visualiza o meio ambiente no seu território? Isto é, nas ruas e espaços onde vive e circula, o que identifica como meio ambiente?”. Não houve nenhuma restrição no processo de produção de dados e os(as) participantes ficaram livres para fazer as fotografias sozinhos, em sua circulação cotidiana, ou, caso preferissem, acompanhados da pesquisadora. Os participantes 1 e 3 preferiram realizar as fotografias na companhia da pesquisadora, que circulou com eles pelo território.

Fase 3: Voz pelas fotografias

A terceira fase do estudo consistiu na apresentação e explicação dos registros fotográficos feitos pelos(as) colaboradores(as), e na elaboração de reflexões incentivadas pelas fotografias.

O diálogo com os três participantes teve como base um roteiro semiestruturado, no qual havia perguntas tanto para a identificação do(a) colaborador(a) (nome, idade, ocupação, período que vive no território *etc.*), quanto para aprofundar o diálogo sobre os significados de seus registros e instigar a elaboração de reflexões, como, por exemplo: “conte-me um pouco sobre o local fotografado: quais são as características desse local?”; “conte-me sobre o processo fotográfico: qual foi a sua ideia ao tirar esta fotografia?”; “como esta fotografia representa o meio ambiente em seu território?” e “o processo de realização do retrato auxiliou para você perceber o meio ambiente em seu território?”.

Todos os participantes aceitaram participar, como mencionado, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No caso do colaborador adolescente, o processo de pesquisa foi apresentado ao jovem e ao seu responsável, que compreenderam e consentiram sua participação no estudo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado, então, pelo responsável legal do adolescente. A pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Paulo, número CAAE 51594721.3.0000.5505.

As três conversas foram gravadas, com consentimento dos colaboradores, e transcritas para a realização da análise. Para apreciação das informações coletadas, foi utilizada a Análise de Conteúdo de acordo com a técnica da análise temática. Foram pesquisados núcleos de sentido a partir da presença e frequência dos assuntos (Minayo, 2014) tanto nos relatos orais quanto nos registros visuais do *Photovoice*. Assim, as informações foram

analisadas à luz dos referenciais teóricos incorporados ao longo do processo de pesquisa, principalmente, na etapa inicial, a *Aproximação*, na qual se ampliou o arcabouço teórico a respeito da temática investigada.

Resultados

Os resultados foram tecidos a partir dos registros fotográficos dos(as) colaboradores(as) e da conversa posterior, realizada com os três colaboradores de forma individual. No intuito de preservar as suas identidades, serão utilizadas as designações *colaboradora 1*, *colaborador 2* e *colaborador 3* para referenciá-los, seguindo a ordem cronológica da produção dos dados.

A colaboradora 1 é uma mulher negra de 31 anos que reside no bairro há cerca de 23 anos. Seu cotidiano no território se dá a partir de suas relações sociais, como amizade e família, e devido ao trajeto para afazeres diários, como o trabalho. À época, ela era funcionária da empresa de segurança que presta serviços para uma universidade da região, que é próxima à sua residência.

O colaborador 2 é um homem pardo de 46 anos, estrangeiro, que faz uso do território na construção de seu cotidiano desde 2014. Durante um determinado período, ele esteve em situação de rua e utilizou os espaços e serviços da região para atender suas necessidades básicas de vida, como dormir, se alimentar e fazer sua higiene pessoal. Atualmente, ele reside próximo ao Largo do Mercado Municipal, e circula por esse território para realizar suas atividades de trabalho e para a manutenção de seus vínculos.

O colaborador 3 é um jovem negro de 17 anos que reside na região há oito anos. Falando sobre o seu cotidiano, ele demonstra que é na região que ele constitui a maioria de seus vínculos, principalmente os que estão relacionados com suas atividades de lazer, porque utiliza dos espaços públicos, como as ruas e as praças, para isso.

Os resultados foram analisados e organizados em duas categorias correspondentes aos principais apontamentos feitos pelos(a) colaboradores(a), sendo eles: *Meio ambiente e o uso do território* e *Meio ambiente, poder público e vulnerabilidade social*.

Meio ambiente e o uso do território

As fotografias e o diálogo com os participantes destacaram a ausência de elementos naturais na região e a relação estabelecida entre a população que vive no território e o meio ambiente. Um dos pontos mais ressaltados, principalmente pelo colaborador 2, para quem meio ambiente significa “cidade limpa”, foi o descarte inadequado de resíduos nos espaços públicos do território, como calçadas, ruas e praças, algo que “atrapalha a vida da cidade”, como ele mesmo pontua:

Quando eu tinha a banca, eu coloquei um cesto de lixo aqui... mas a pessoa sai do bar com a coxinha, come e joga o papel no chão, e o cesto tá aí. Pra começar, tem solução? (Relato do colaborador 2).

Ele não se isenta dessa parcela da população que faz esse descarte inadequado, mas enfatiza a ausência de lixeiras nos espaços comuns do território, o que, segundo ele, dificulta o descarte adequado:

E até eu erro, porque quando eu fumo cigarro eu joga [na rua a bituca], porque não tem lixeira (Relato do colaborador 2).

Ilustrando sua perspectiva, o colaborador traz em seus registros fotográficos exemplos dessa prática, acrescentando em suas reflexões o “desrespeito” da população com os elementos de ordem natural que compõem o cenário do bairro. Na foto abaixo, ele destaca uma cena de descarte irregular de entulhos provenientes de uma obra pública que foram jogados às raízes de uma árvore da espécie Figueira, que é conhecida por estar na região antes mesmo de seu processo de urbanização (Figura 1):



Figura 1. Entulhos sob a Figueira.
Fonte: Registro do colaborador 2.

Ao falar da fotografia, o homem relaciona o descarte irregular de resíduos com as problemáticas ambientais mais visíveis nos centros urbanos:

Os caras jogam lixo no lado... ninguém respeita a natureza. Por isso cria mosquito, pernilongo, enchente... (Relato do colaborador 2).

No processo de produção de dados desta pesquisa, a palavra “natureza” foi mencionada apenas nesse diálogo, nenhum outro participante correlacionou o vocábulo “meio ambiente”, mencionado por nós, à palavra “natureza”. Ademais, as representações de meio ambiente associadas a elementos naturais, como áreas com gramas, arbustos, árvores e águas foram trazidas apenas pelo colaborador 3, o mais jovem do estudo.

Como apresentado na introdução, o uso do termo “meio ambiente” é recente e possui uma raiz etimológica ligada às problemáticas ambientais (Santos & Imbernon, 2015). Não é

surpresa, portanto, a correlação do termo com o cenário urbano e eventos relativos aos impactos, bem como com a destruição da natureza e sua correlação direta com a vida humana.

O colaborador 2, ao ser questionado sobre o desrespeito que ele insinua que é persistente da sociedade para com o meio ambiente, diz, em sua resposta, que o modo como os sujeitos lidam com o meio ambiente reflete diretamente na qualidade da vida que têm:

[É um desrespeito] *com eles mesmos, com a própria pessoa, ele está contra ele [o meio ambiente]. Não está querendo se ajudar se não ajudar o meio ambiente* (Relato do colaborador 2).

A reflexão do colaborador 2 se assemelha ao modo como o colaborador 3 vê os benefícios de manter limpos os espaços comuns do território. O jovem, que traz em seus registros as áreas verdes do bairro, como as praças, identifica esses como lugares de interação social e de promoção de bem-estar:

Aqui na praça [Figura 2] é onde vive bastante gente, praticamente é o coração do mercado. [...] Como é um lugar que eu vivo bem, né? [...] Tipo, se o povo mantivesse limpo, essas partes, seria bom. Como aqui onde as crianças vivem, se mantivesse limpo daria pra fazer uma quadrinha de futebol (Relato do colaborador 3).



Figura 2. Praça do território.
Fonte: Registro do colaborador 3.

Logo, para o colaborador 3, “meio ambiente” corresponde a um espaço de promoção de bem-estar, relacionado diretamente com um local onde se encontram elementos de ordem natural:

[Meio ambiente] é um lugar de bem-estar, sabe? Onde tu fica... que tu fica bem ali, pra mim é isso (Relato do colaborador 3).

É a partir desse entendimento de meio ambiente que ele problematiza a questão do descarte irregular de resíduos, principalmente nesses locais, classificando esse hábito da população do bairro como uma das causas da condição de vulnerabilidade social predominante na região. Com o movimento de urbanização e maior investimento do poder público na orla do município, a região central da cidade - que abarca o território estudado - passou a ser habitada pelas famílias de baixa renda, sendo um dos traços das moradias da região os moldes de cortiços.

Mantendo limpo assim, ficaria bonito, mas, tipo, todo mundo é favelado, né, aí é com o povo, se o povo ajudasse... [...] que nem a praça, é um local mó [sic] daora, mó [sic] legal, mas manter suja assim, tipo, esse lixo no chão... (Relato do colaborador 3).

A colaboradora 1, por sua vez, também traz em seu relato, o tema da presença de resíduos nos espaços públicos daquele território, entretanto, ela relaciona essa presença com uma outra manifestação de vulnerabilidade social da região: o grande número de pessoas em situação de rua. Essa perspectiva vai ser aprofundada na próxima categoria, a fim de evidenciar a relação que o poder público estabelece com o território.

Meio ambiente, poder público e vulnerabilidade social

Como já mencionado, o Largo do Mercado Municipal se constitui como uma região socialmente precária. Ao ser perguntado para o colaborador 2 sobre como as fotografias que ele registrou representam o meio ambiente, ele apresenta sua insatisfação, relatando que a cidade é “abandonada”, evidenciando a ausência de políticas públicas ou programas destinados ao cuidado com o meio ambiente naquela região. O colaborador 1 também aborda a desassistência para com o território:

Porque eles [o poder público] olham onde tem o bacana, eles não olham onde tem pobre (Relato do colaborador 2).

São tudo [sic] lugares próximos, que no meu ver são lugares muito esquecidos [pelo poder público] (Relato da colaboradora 1).

Em uma de suas fotografias (a Figura 3), a colaboradora 1 traz à cena uma construção pertencente à prefeitura que, segundo ela, poderia ser utilizada para a construção de algum serviço voltado para a população em situação de rua, a qual foi muito evidenciada por ela durante todo o processo de pesquisa:

Eu queria que houvesse mudanças, né? Porque tem tantos locais aqui, é... como se fala... interditado, né? E abandonados ao mesmo tempo, que poderiam servir para algum fundo social, albergue... alguma coisa pra tirar esse povo da rua (Relato da colaboradora 1).

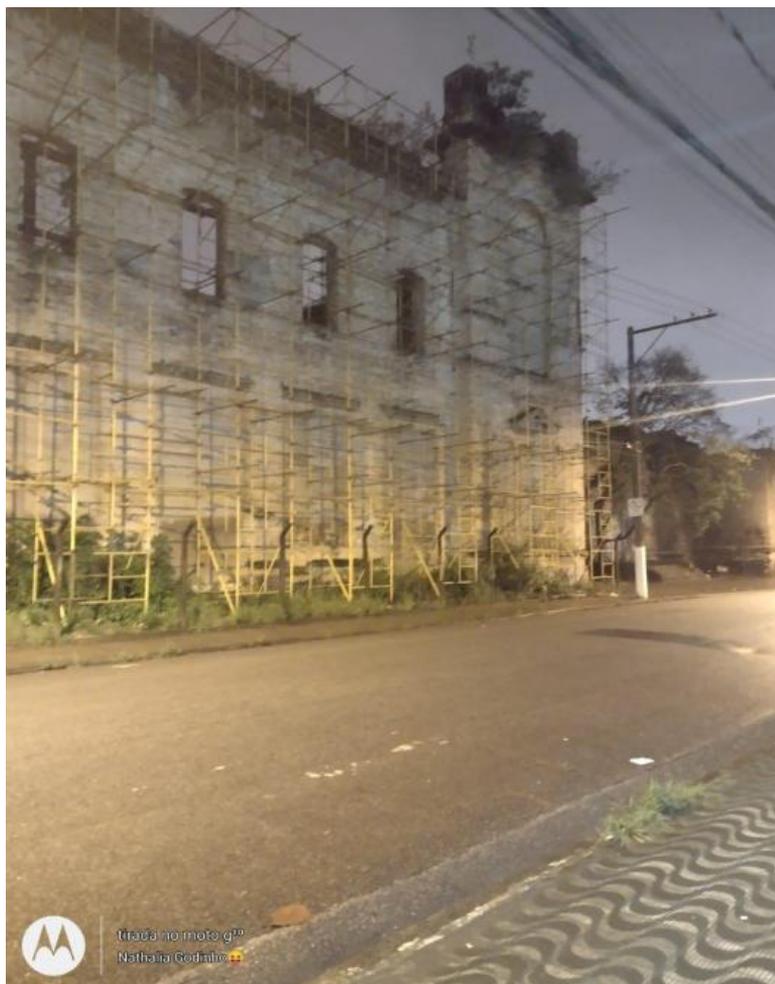


Figura 3. Prédio abandonado pertencente à Prefeitura da cidade.

Fonte: Registro da colaboradora 1.

Ao ser questionada sobre como suas fotografias representavam o meio ambiente em seu território, a colaboradora 1 correlaciona o termo com a poluição e com pessoas em situação de rua, dando ênfase às questões socioambientais do território onde vive:

Ai, pra mim... sei lá, é como uma poluição... não sei. Eu vejo como poluição, porque eles [população em situação de rua] não fazem nada de útil na rua, só ficam usando droga, roubando o povo por aqui, só isso que eles fazem, né? [...] Não desmerecendo as pessoas, né? Porque eu não sou melhor do que ninguém, mas... na situação que eu vejo que eles vivem, pra mim eu vejo como isso [poluição. Figura 4] (Relato do colaborador 1).



Figura 4. Rua com pessoas em situação de rua.

Fonte: Registro da colaboradora 1.

A questão da ausência de assistência do poder público para com as pessoas que sobrevivem nas ruas do território também foi abordada pelo colaborador 2, que já esteve nessa condição:

Ninguém tira ninguém da rua, mas tem que ter oportunidade, trabalho, carteira assinada, benefício, uma moradia digna (Relato do colaborador 2).

O colaborador 2 também critica a forma como a prefeitura tem ocupado uma praça do território com materiais de construção provenientes de uma obra pública que visa a revitalização do centro da cidade (Figura 5). Inclusive, os materiais estão sendo utilizados como estratégia de sobrevivência por pessoas em situação de rua da região:

Esses tubos aí, está vendo que tem gente dormindo? É porque não têm teto, tem que dormir lá. Agora ocuparam o espaço, a prefeitura, né, e não deram moradia pra ninguém [...]. Pra eles [a prefeitura], a terra é deles, então o próximo tem que

aproveitar mesmo. Se fosse eu, também dormiria lá dentro (Relato do colaborador 2).



Figura 5. Pessoas em situação de rua deitadas dentro de tubos de construção.

Fonte: Registro de colaborador 2.

Ao apontar que a praça vem sendo utilizada como depósito, ele complementa:

Não é certo, não. A praça é um lugar pras pessoas passearem no final de semana, levar a criança pra brincar. [...] Eles [da prefeitura] podem usar, nós não podemos... (Relato do colaborador 2).

Esse ponto também é abordado pelo colaborador 3, que menciona que os materiais da obra vêm “atrapalhando todo mundo” há quase um ano, uma vez que antes a praça era frequentada pela população que vive na região por ser um local grande e de passagem.

Os dados produzidos a partir da colaboração dos três participantes trazem pontos importantes para o entendimento de como se dá a interpretação do meio ambiente dentro do território em evidência neste estudo, no item a seguir serão apresentadas as discussões que se destacaram na análise dos resultados.

Discussão

Como apontado, o termo “meio ambiente” passou a ser utilizado no contexto do avanço da industrialização, no cenário urbano e em uma perspectiva na qual a vegetação resiste e se mantém lado a lado com concretos, asfaltos e estruturas metálicas (Santos & Imbernon, 2015). Ao incorporar as relações de poder, de classe e política no que diz respeito ao meio ambiente, o ser humano torna-se um integrante do meio, assumindo um papel de agente participativo e transformador (Carvalho, 2005) ou também de

destruidor, principalmente, em seu convívio e experiências cotidianas. Logo, o significado de meio ambiente para cada sujeito é formulado a partir do seu repertório de vida, constituído por suas experiências, relações e também por seu território.

Nesse sentido, o que se observa nos dados encontrados é que a perspectiva de meio ambiente assumida pelos participantes do estudo se aproxima à noção de meio ambiente como problemática socioambiental, isto é, ela não está relacionada ao aspecto naturalista ou à conexão ser humano e natureza, mas sim às maneiras pelas quais o ser humano usufrui e destrói aspectos naturais, seja pelo descarte irregular de resíduos, poluição ou ocupação de espaços públicos. O último aspecto, em específico, demonstra como a perspectiva que os participantes assumem está intimamente ligada à forma como percebem e reconhecem o próprio território, como um local “abandonado pelo poder público”.

Partindo do pressuposto de que “[...] a qualidade do meio ambiente constitui fator determinante para o alcance de uma melhor qualidade de vida” (Gomes & Soares, 2004, p. 3), e de que os espaços verdes nas áreas urbanas, para além da relevância ecológica, beneficia o bem-estar físico e emocional do sujeito (Palomo, 2003), é necessário que se questione onde estão esses espaços, quais são suas condições e quem os acessa. O que se vê, normalmente, é a vegetação reafirmando as desigualdades territoriais, uma vez que as áreas mais arborizadas das cidades, não coincidentemente, localizam-se nas áreas em que vivem pessoas com maior poder aquisitivo. O município de Santos, por exemplo, possui o maior jardim de praia do mundo (Turismo Santos, 2024) - mas, é nítido, localiza-se na região reconhecida como a área mais desenvolvida economicamente da cidade.

Neste estudo, apenas um participante dedicou suas fotografias às áreas verdes do território, aliando-as à reflexão crítica sobre a ausência de cuidado e manutenção desses espaços, tanto por parte da população - que não o visualiza como algo coletivo - quanto do poder público, que não oferta manutenção às praças e ainda as ocupa irregularmente com materiais de construção.

Os retratos apresentados pelos colaboradores deflagram exemplos de injustiças ambientais. Segundo Herculano (2008, p. 2), injustiça ambiental se refere ao “[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis”. Por danos ambientais considera-se desde a exposição e intoxicação por resíduos químicos ou por agrotóxicos, que é o caso da população do campo e da floresta, até o não acesso dos moradores das periferias ao saneamento básico e a espaços verdes que possibilitam a sensação plena de bem-estar dentro do seu território (Herculano, 2008), como as situações que visualizamos no estudo.

De encontro a isso, destaca-se também o conceito de racismo ambiental, que viabiliza o entendimento das injustiças ambientais que acomete de forma desproporcional determinadas etnias vulnerabilizadas a partir de uma construção permeada de intenções racistas, como também “[...] por meio de ações que tenham impacto racial” (Herculano, 2008, p. 16). É válido ressaltar que o descaso por parte do poder público para com a população negra e os povos indígenas é intencional, sendo sinônimo do próprio racismo institucional (Jesus, 2020).

Grande parte dos retratos e relatos obtidos demonstram situações de injustiça e racismo ambiental, sejam elas vivenciadas pelos participantes do estudo - pessoas negras - em seu cotidiano de vida em um território vulnerabilizado; seja pela escolha deliberada

feita pelo poder público do município em não ofertar ações de cuidado e manutenção do meio ambiente e em manter as populações expostas aos riscos socioambientais, como acúmulo de resíduos nas ruas.

Os registros do território ainda colocam em tela a população em situação de rua. Para além da exposição às condições de extrema vulnerabilidade social e ambiental, as pessoas que utilizam das ruas para a sobrevivência sofrem com a estigmatização de sua representação, como visualizado nas imagens da colaboradora 1. O fato de serem vistos como um grupo homogêneo, caracterizados pelo estado de pobreza e pelo seu uso dos espaços públicos para dormir, comer, consumir bebidas alcoólicas e outras drogas, sustenta um amplo distanciamento social entre aqueles considerados “moradores de rua” e os sujeitos “domiciliados” (Pimenta, 2019), marcado pelos signos corporais da sujeira, do corpo abjeto que assusta e afasta, como pontua Frangella (2005). A perspectiva que desumaniza as pessoas em situação de rua também as coloca em uma posição na qual são vistas além de uma questão social, mas como um problema também ambiental, isto é, outras vítimas do sistema são colocadas como responsáveis pela falta de cuidado com o espaço da cidade.

Diante disso, consideramos necessário que o tema da justiça ambiental seja trabalhado em ações que visem, para além das questões de preservação, o acesso ou a criação de políticas públicas ambientais, na perspectiva de “[...] aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental” (Herculano, 2008, p. 13).

Juntamente com a perspectiva de que as questões ambientais devem ser consideradas dentro de uma dimensão social, mostrando-se como “pares inseparáveis” (Silva, 2012, p. 85), é possível indicar o território como determinante no processo de construção das desigualdades socioespaciais (Santos, 2007), como posto anteriormente, já que é no território de vida dos sujeitos que os impactos dos problemas socioambientais e do modo que se dá o uso e a manutenção dos espaços se manifestam (Goulart, 2005).

É imprescindível que os sujeitos reconheçam o meio ambiente como algo inerente aos seus territórios, de modo que a reflexão sobre os impactos das problemáticas ambientais, bem como a luta e(m) defesa do meio ambiente faça(m)-se presente(s) no cotidiano de vida e trabalho da população em geral.

Esse debate cabe, portanto, às profissionais da terapia ocupacional, campo que direciona suas intervenções ao território, aos cotidianos e aos modos de vida dos sujeitos e grupos acompanhados, e se propõe a estabelecer diálogos e mediações entre a esfera microestrutural (cotidiano e território) e a macroestrutural (políticas públicas) (Malfitano, 2005). Consideramos necessário que a terapia ocupacional integre em suas práticas uma visão crítica sobre as questões socioambientais, uma vez que essa esfera estabelece relação direta ao modo de uso, acesso e apropriação do território, como também o modo que se dá às relações sociais.

Além disso, tendo em vista as expressões da questão ambiental nos centros urbanos, como os exemplos de injustiça e racismo ambiental demonstrados no estudo, indicamos a terapia ocupacional social como campo estratégico para proposição de reflexões e elaboração de tecnologias sociais voltadas ao equacionamento das desigualdades socioambientais, à mediação de conflitos e agenciamento de negociações em torno de embates, à facilitação de processos de emancipação e à luta pela garantia de direitos sociais (Costa et al., 2023). A terapia ocupacional social tem condições de fomentar

espaços de reflexão junto à comunidade sobre o modo com que se constitui a relação sociedade-natureza-meio ambiente, e também de favorecer lutas coletivas para acesso a políticas públicas que assegurem o direito à proteção e conservação do meio ambiente e à minimização de situações de injustiças ambientais.

Como pontuam Costa et al. (2023), a superação criativa de situações de conflito e desigualdades acontecem tanto por mobilizações para alcance de políticas públicas, como também pela criação de ferramentas e estratégias singulares e coletivas. Nesse sentido, tecnologias sociais já existentes, como a ação territorial-comunitária (Bianchi & Malfitano, 2022), as oficinas de atividades, dinâmicas e projetos, os acompanhamentos singulares e territoriais, a articulação de recursos no campo social e a dinamização da rede de atenção (Lopes et al., 2014) podem auxiliar no fortalecimento de processos comunitários de conscientização ambiental, articulação política e educação ambiental e na construção de projetos coletivos para resolução de problemáticas comuns às comunidades e territórios.

Conclusão

Pode-se concluir, a partir da colaboração dos participantes e dos temas levantados, que, ao se falar sobre meio ambiente, é indispensável considerar o modo que se dá a relação entre o sujeito e o espaço em que ele vive e/ou circula. Partindo de uma perspectiva socioambiental, é certo dizer que a interação entre ambos irá variar de acordo com os marcadores sociais que moldam o cotidiano do sujeito, logo, que a interpretação que ele terá do meio ambiente será diretamente interferida pela construção dessa interação.

O estudo demonstrou que os colaboradores possuem uma perspectiva sobre meio ambiente, principalmente no cenário urbano e em um território vulnerabilizado, alinhada às problemáticas socioambientais. Não houve demonstração de cuidado, preocupação e/ou responsabilização pelo meio ambiente, o que sugere um processo de desnaturalização e distanciamento entre sujeito e natureza. Os retratos demonstraram situações de injustiça e racismo ambiental e deflagraram a necessidade de se incorporar o debate acerca da justiça ambiental nos territórios e nos diálogos cotidianos.

Nesse sentido, aposta-se na terapia ocupacional social como campo capaz de desenvolver tecnologias sociais e propostas de atuação alinhadas às demandas da questão ambiental e voltadas à construção de estratégias para acesso aos direitos que possibilitam o alcance da justiça ambiental. Para tanto, aponta-se como relevante o desenvolvimento de ações e pesquisas que incluam as questões ambientais em suas práticas e projetos.

Referências

- Bianchi, P. C., & Malfitano, A. P. S. (2020). Território e comunidade na terapia ocupacional brasileira: uma revisão conceitual. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 621-639. <http://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1772>.
- Bianchi, P. C., & Malfitano, A. P. S. (2022). Atuação profissional de terapeutas ocupacionais em países latino-americanos: o que caracteriza uma ação territorial-comunitária? *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(1), e3053. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoao23163053>.

- Carvalho, I. C. M. (2005). A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In M. Sato & I. C. M. Carvalho (Eds.), *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed.
- Castelnou, A. M. N. (2006). Cidade e natureza: uma introdução ao tema. *Impulso*, 17(44), 17-30.
- Costa, S. L., Macedo, M. D. C., & Benites-Ara Ete, S. (2023) Povos e comunidades tradicionais: a ocupação tradicional como objeto do terapeuta ocupacional social. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 221-238). São Carlos: EdUFSCar.
- Diniz, T. M. R. G., & Souza, H. S. S. (2022). Desenvolvimentos e desigualdades: Impasses para o direito à cidade na Região Metropolitana da Baixada Santista. In T. M. Diniz, M. V. M. Brandão & J. M. Carriço (Eds.), *Reforma urbana e direito à cidade: Baixada Santista*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.
- Frangella, S. M. (2005). Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. *Cadernos Metrôpole*, 13(1), 199-228.
- Gomes, M. A. S., & Soares, B. R. (2004). Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. *Estudios Geográficos*, 2(2), 21-30.
- Goulart, F. G. T. (2005). Meio ambiente urbano. In *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 3(1), 1-20.
- Jesus, V. (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, 29(2), e180519. <http://doi.org/10.1590/s0104-12902020180519>.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(3), 591-602. <http://doi.org/10.4322/cto.2014.081>.
- Louback, A. C., & Lima, L. M. R. T. (2023). *Quem precisa de Justiça Climática no Brasil?* Brasília: Cemaden. Recuperado em 3 de setembro de 2024, de <https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>
- Malfitano, A. P. S. (2005). Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 16(1), 1-8. <http://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i1p1-8>.
- Mansilla, O. Q., Ojeda, C. P., Neira, P., & Algado, S. S. (2023). Terapia ocupacional desde una perspectiva ecosocial de la salud mental. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3365. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE257533653>.
- Medeiros, M. G. (2002). Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. *Ciência & Educação*, 8(1), 71-82. <http://doi.org/10.1590/S1516-73132002000100006>.
- Meirinho, D. (2017). O olhar por diferentes lentes: o photovoice enquanto método científico participativo. *Discursos Fotográficos*, 13(23), 261-290. <http://doi.org/10.5433/1984-7939.2017v13n23p261>.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Palomo, P. J. S. (2003). *La planificación verde en las ciudades*. Barcelona: Editora Gustavo Gili S.A.
- Pimenta, M. M. (2019). Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 82-104. <http://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>.

- Porto, M. F. S., & Pivetta, F. (2009). Por uma promoção de saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Eds.), *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Santos. Prefeitura Municipal. (2021). *Diagnóstico socioterritorial da política de assistência social do município de Santos* (182 p.). Santos: Secretária de Desenvolvimento Social.
- Santos, J. A. E., & Imbernon, R. A. L. (2015). A concepção sobre “natureza” e “meio ambiente” para distintos atores sociais. *Terrae Didactica*, 10(2), 151-159. <http://doi.org/10.20396/td.v10i2.8637372>.
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva e Dutra, F. C. M., Roberto, W. M., Coelho, B. L., & Almeida, R. (2018). Envolvimento em ocupações sustentáveis: mudanças nos hábitos de vida a partir de espaços de práticas educativas. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(2), 345-355. <http://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1143>.
- Silva, L. H. P. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos CES*, 17(1), 85-111. <http://doi.org/10.4000/eces.1123>.
- Silva, V. P. (2016). Resistência e diversidade: narrativas culturais de uma comunidade quilombola. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(17), 69-76. <http://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0653>.
- Simó Algado, S. (2012). Terapia eco-social: hacia una ecología ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 20(1), 7-16. <http://doi.org/10.4322/cto.2012.001>.
- Turismo Santos. (2024). *Jardim da Orla*. Recuperado em 3 de setembro de 2024, de <https://www.turismosantos.com.br/?q=pt-br/content/jardim-da-orla>
- Valderrama Núñez, C. M., Enríquez Valderrama, C. A., Astete Cereceda, M., Villarroel Peña, F., Pollet Muñoz, M., & Guíñez Aguilera, J. I. (2023). Educação ambiental em tempos de crise socioambiental: possibilidades de sua inclusão na formação em terapia ocupacional, desde a perspectiva de docentes. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3505. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoao268635053>.

Contribuição das Autoras

Larissa Helena Horniche e Pamela Cristina Bianchi foram responsáveis pela concepção, organização e redação do artigo. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Autora para correspondência

Pamela Cristina Bianchi
e-mail: pamela.bianchi@unifesp.br

Editora de seção

Profa. Dra. Marta Carvalho de Almeida